**PORTARIA QUE REGULAMENTA A CONCESSÃO DE REGIME ESPECIAL DE TRABALHO
PARA OS BOMBEIROS E BOMBEIRAS MILITARES NO ÂMBITO DO CBMDF**

Portaria nº 09, de 28 de março de 2022.

Aprova o Regulamento de concessão de Regime Especial de Trabalho – RET para os bombeiros e bombeiras militares, na forma que especifica e dá outras providências, conforme o art. 64, § 1º, do Estatuto do Corpo de Bombeiros Militar, aprovado pela Lei nº 7.479, de 2 jun. 1986.

O COMANDANTE-GERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64, § 1º, do Estatuto dos Bombeiros Militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, aprovado pela Lei nº 7.479, de 2 jun. 1986; e considerando o que consta do Processo SEI 00053-00027296/2018-82, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento de concessão de Regime Especial de Trabalho – RET para os bombeiros e bombeiras militares, no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, na forma do Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação, devendo ser observado, *incontinenti*, o prazo estabelecido no art. 34 do anexo Regulamento.

Art. 3º Ficam revogadas a Portaria nº 8, de 14 abr. 2005, e a Portaria nº 3, de 7 mar. 2016.

ROGÉRIO Alves DUTRA - Cel. QOBM/Comb.
Comandante-Geral

**REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE REGIME ESPECIAL DE TRABALHO PARA OS
BOMBEIROS E BOMBEIRAS MILITARES NO ÂMBITO DO CBMDF**

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES

GERAIS

Art. 1º Este Regulamento tem por finalidade disciplinar a concessão de Regime Especial de Trabalho – RET para os bombeiros e bombeiras militares, no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, definindo as condições e procedimentos relativos à sua concessão e usufruto.

Art. 2º Para fins de aplicação deste Regulamento, compreende-se:

- I – militar – bombeiro militar ou bombeira militar;
- II – legislação específica – legislação promulgada pela União, relativa aos Corpos de Bombeiros Militares;
- III – legislação peculiar ou própria – legislação promulgada pela União ou Distrito Federal, pertinente ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;
- IV – Organização Bombeiro Militar – OBM: é a denominação genérica dada à unidade de tropa, escola, centro ou a qualquer outra unidade administrativa do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;

V – perícia médica da Corporação – são os procedimentos técnico-profissionais que a Junta de Inspeção de Saúde ou Médico Perito realizam na prática pericial realizada na inspeção de saúde do militar, nos termos do Regulamento de Perícias Médicas do CBMDF;

VI – sede – é todo o território do Distrito Federal.

Art. 3º O RET será concedido ao militar, sem prejuízo do exercício do cargo e das funções que exerce, vedada a solução de continuidade dos serviços da OBM em que esteja lotado ou prestando serviço, nas seguintes situações:

I – ao militar regularmente matriculado em curso educação profissional ou ensino da educação superior, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e a Corporação;

II – ao militar que tenha cônjuge ou dependente com deficiência ou com doença falciforme;

III – à militar que comprovar estar em período de amamentação do próprio filho lactente, até que complete 12 meses de vida.

§ 1º Na hipótese do inciso I, dever ser exigida do militar a compensação de horário de modo a cumprir integralmente a carga horária de trabalho.

§ 2º Nas hipóteses dos incisos II e III, o horário especial consiste na redução da jornada de trabalho e sua necessidade deve ser comprovada mediante perícia médica da Corporação.

Art. 4º A concessão de RET não isenta o militar do cumprimento de qualquer atividade eventual ou missão e atribuição de caráter transitório, inopinado ou temporário, seja de natureza administrativa ou operacional, tais como:

I – formaturas;

II – prevenções;

III – escalas extras;

IV – convocações de emergência;

V – representações;

VI – qualquer outra atividade de interesse do serviço da Administração Pública.

Art. 5º Estão sujeitos ao regramento do presente Regulamento:

I – os militares da ativa;

II – os militares da reserva remunerada, sujeitos à prestação de serviço na ativa, mediante convocação;

III – os militares da reserva remunerada ou reformados, sujeitos à prestação de tarefa por tempo certo, em caráter transitório e mediante aceitação voluntária, respeitada a norma específica ou peculiar de sua nomeação, bem como a devida compensação de horário de trabalho, nos termos deste Regulamento.

Art. 6º São competentes para conceder, interromper, cancelar ou suspender temporariamente o RET:

I – Chefe de Gabinete do Comandante-Geral: oficiais e praças lotados no gabinete do Comandante-Geral e órgãos subordinados;

II – Chefe de Gabinete do Subcomandante-Geral: oficiais e praças lotados no gabinete do Subcomandante-Geral e órgãos subordinados;

III – Chefe do Estado-Maior-Geral: oficiais e praças lotados no Estado-Maior-Geral e órgãos subordinados;

IV – Comandante Operacional: oficiais e praças lotados no Comando Operacional e órgãos subordinados;

V – Controlador: oficiais e praças lotados na Controladoria e órgãos subordinados;

VI – Ajudante-Geral: oficiais e praças lotados na Ajudância-Geral e órgãos subordinados;

VII – Chefes de Departamentos: oficiais e praças lotados nos seus respectivos departamentos e órgãos subordinados;

VIII – Comandante do Centro de Inteligência – CEINT e Comandante do Centro de Comunicação Social – CECOM: oficiais e praças lotados em seus respectivos centros e órgãos subordinados.

Art. 7º A concessão de RET deve ser elaborada de maneira a não causar descontinuidade às atividades da Corporação, bem como é de responsabilidade de cada Chefe, Diretor e Comandante a manutenção do efetivo necessário ao desenvolvimento das atividades de sua respectiva OBM.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

Seção I

Do Regime Especial de Trabalho para Militar Estudante

Art. 8º O RET para estudante aplica-se ao militar que comprovar a incompatibilidade entre os horários escolares e o da Corporação, contudo, não poderá haver prejuízo ao exercício das funções que exerce ou solução de continuidade dos serviços a cargo da Administração Pública.

§ 1º O militar interessado poderá requerer o benefício do RET para frequência em curso de educação profissional ou superior, do Sistema de Ensino do Distrito Federal.

§ 2º A educação superior, para fins de aplicação deste Regulamento, abrangerá os seguintes cursos e programas previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

I – cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente;

II – de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV – de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

§ 3º Poderá ser concedido RET para o militar frequentar simultaneamente mais de um curso, desde que haja possibilidade de compensação, nos termos previstos na presente Portaria.

§ 4º O fato do militar já estar em gozo do benefício do RET deverá ser informado no processo, em caso de novas solicitações de RET para outros cursos.

§ 5º O afastamento do militar do serviço ocorrerá dentro dos períodos previamente estabelecidos pela Administração Pública, observando o horário de início e término do curso, o tempo necessário para deslocamentos, e após, assumirá ou reassumirá, conforme o caso, suas funções administrativas ou operacionais do dia.

§ 6º Somente após a concessão do RET pela autoridade competente poderá haver a liberação do militar do serviço administrativo ou operacional para frequentar as aulas.

Art. 9º São requisitos para a concessão do RET ao militar estudante:

I – estar regularmente matriculado em curso da educação profissional ou ensino da educação superior;

II – ter manifestação favorável de seu Comandante ou chefe imediato;

III – ter compensado integralmente as horas não trabalhadas em virtude de concessão de RET do semestre anterior.

Art. 10. O militar interessado poderá solicitar, a qualquer tempo, a concessão do benefício, mediante requerimento dirigido à autoridade competente prevista no art. 6º deste Regulamento, observada a cadeia hierárquica.

Parágrafo único. O requerimento de que trata o *caput* deste artigo será instruído com declaração do estabelecimento de ensino, onde deve constar:

I – identificação do curso;

II – comprovação de matrícula;

III – dias e horários da realização das aulas;

- IV – datas de início e término do período letivo;
- V – tempo previsto de realização do curso;
- VI – endereço do estabelecimento de ensino e telefones para contato.

Art. 11. Para concessão do RET de militar estudante terá preferência o militar mais antigo, observados os seguintes critérios:

I – caso o militar mais antigo já tenha sido beneficiado, a preferência será daquele que lhe segue no mesmo critério;

II – o quantitativo máximo de militares beneficiados com o RET será de responsabilidade do Chefe, Diretor e Comandante da OBM a que pertencer o militar, obedecendo ao seguinte:

a) para os militares em regime de expediente administrativo: dar-se-á de acordo com o planejamento setorial de cada OBM, observando-se o limite de até 20% por posto ou graduação, QOBM ou QBMG;

b) para os militares em regime de escala de serviço: dar-se-á de acordo com o planejamento setorial de cada OBM, observando-se o limite de até 20% por posto ou graduação, QOBM ou QBMG e ala de serviço.

Parágrafo único. Atingido o percentual estabelecido nas alíneas "a" e "b" do inciso II, o militar poderá solicitar transferência para outra OBM que possibilite a concessão do RET, observado o interesse e conveniência da Administração Pública, nos termos da norma específica ou peculiar.

Art. 12. O militar que obtiver o benefício do RET para militar estudante e desenvolva suas funções no horário do expediente administrativo instituído na Corporação, deverá cumprir integralmente a carga horária semanal de trabalho em vigor, em horário alternativo a ser estabelecido pela autoridade que concedeu o benefício.

Parágrafo único. Havendo a impossibilidade de reposição das horas não trabalhadas, a critério da Administração Pública, o militar poderá ser escalado para o serviço nos finais de semana, feriados ou escala extra, de forma a compensar as horas não trabalhadas.

Art. 13. O militar que cumprir o regime de escala de serviço poderá ser beneficiado pelo RET de militar estudante, desde que não ocorra prejuízo a escala de serviço.

§ 1º Ao militar em RET deverá ser priorizada a permuta de serviço entre militares, a fim de diminuir ou evitar o acréscimo de horas a serem compensadas.

§ 2º O militar em RET poderá concorrer à escala de serviço que possibilite o menor ou nenhum acúmulo de horas a serem compensadas, de acordo com a conveniência administrativa

§ 3º O número de horas não trabalhadas deverá ser obrigatoriamente compensado em horário que melhor convier à Administração Pública.

§ 4º É vedado ao militar cumprir dois serviços de 24 horas seguidos.

Art. 14. O cancelamento da matrícula, a desistência, a suspensão definitiva ou temporária do funcionamento do curso por qualquer motivo, a conclusão ou colação de grau deverão ser comunicados formalmente e imediatamente, pelo militar, ao seu Comandante ou Chefe imediato, que por sua vez informará tal situação à autoridade concedente.

Parágrafo único. Fica facultado ao chefe imediato do militar beneficiado com o RET, a qualquer tempo, solicitar a comprovação de matrícula ou presença ao curso que está autorizado a frequentar.

Art. 15. O RET para militar estudante também poderá ser concedido aos militares matriculados em outros cursos que tenham relação com as atividades desempenhadas pela Corporação e no interesse do serviço, observada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e sua regulamentação.

Art. 16. Excepcionalmente, diante das circunstâncias, poderá ser concedido RET ao militar matriculado em entidade de ensino localizada fora do território do Distrito Federal, hipótese em

que deverá ser considerado o tempo médio gasto nos trajetos de deslocamento.

Parágrafo único. A hipótese de que trata o *caput* somente será considerada quando demonstrada a ausência de prejuízo ao exercício das funções que exerce ou solução de continuidade dos serviços a cargo da Administração Pública.

Art. 17. O militar beneficiado com RET para militar estudante deve apresentar em sua OBM de lotação, até o décimo dia de cada mês, sua frequência do mês anterior.

Art. 18. Compete ao Chefe, Diretor e Comandante da OBM a que pertencer o militar beneficiado com RET para estudante, obedecendo aos critérios deste Regulamento, estabelecer um programa de compensação de horas.

§ 1º O programa de compensação de horas do RET de que trata o *caput* deverá conter:

- I – horário normal de trabalho;
- II – horário especial que o estudante necessita;
- III – carga horária a compensar no semestre;
- IV – forma de compensação da jornada de trabalho normal;
- V – período em que será compensada a carga horária necessária à complementação de horário normal.

§ 2º A compensação da jornada de trabalho mencionada no *caput* deve ser realizada até o início das aulas do semestre seguinte ao horário requerido.

§ 3º A renovação do RET para o semestre seguinte ficará condicionada ao cumprimento do programa de compensação estabelecido para o semestre anterior.

Art. 19. Semestralmente, na primeira quinzena do mês de agosto e do mês de fevereiro, as autoridades elencadas no art. 6º do presente Regulamento deverão remeter ao Departamento de Recursos Humanos, para fins de remessa à Diretoria de Gestão de Pessoal, a relação de seus militares beneficiados com o RET de que trata o art. 8º deste Regulamento, conforme segue:

I – relação dos militares que foram beneficiados com o RET, no semestre letivo anterior, contendo:

- a) posto/graduação;
- b) nome completo sem abreviações;
- c) matrícula SIAPE;
- d) curso que realiza e a respectiva unidade de ensino;
- e) horário de frequência;
- f) total de horas em afastamento do RET, total de horas compensadas do RET e total de horas que faltam ser compensadas do RET, para registros em banco de dados de todos os militares que se encontram nesta situação, conforme tabela constante do Anexo “A” deste regulamento;

II – relação dos militares que serão beneficiados com o RET, no semestre letivo subsequente, contendo:

- a) posto/graduação;
- b) nome completo sem abreviações;
- c) matrícula SIAPE;
- d) curso que realizará e a respectiva unidade de ensino;
- e) horário de frequência;
- f) datas de início e término do período letivo, conforme tabela constante do Anexo “B” deste regulamento.

Art. 20. É vedada a adequação ou redução de horários ou liberação de militares beneficiados com o RET durante a jornada de trabalho do Serviço Voluntário Gratificado.

Parágrafo único. O Serviço Voluntário Gratificado não poderá interferir no programa de compensação de horas estabelecido para o militar estudante, conforme previsto no art. 18 deste Regulamento.

Seção II

Do Regime Especial de Trabalho para Militar que tenha Cônjuge ou Dependente com Deficiência ou com Doença Falciforme

Art. 21. O RET para militar que tenha cônjuge ou dependente com deficiência ou com doença falciforme consiste na redução de até 20% da jornada de trabalho ao qual o militar encontra-se em atividade, quando comprovada sua necessidade, mediante perícia médica da corporação, independentemente de compensação de horário.

Parágrafo único. Considerar-se-á, para os efeitos de concessão de RET de que trata o *caput* deste artigo, os seguintes entes familiares:

- I – o cônjuge, companheiro ou companheira;
- II – a pessoa reconhecida como dependente legal junto à corporação.

Art. 22. O RET para militar que tenha cônjuge ou dependente com deficiência ou com doença falciforme ocorrerá dentro dos períodos previamente estabelecidos pela Administração Pública, e após, o militar assumir ou reassumir, conforme o caso, suas funções administrativas ou operacionais do dia.

Art. 23. O militar interessado poderá solicitar, a qualquer tempo, a concessão do benefício, mediante requerimento dirigido à autoridade competente prevista no art. 6º deste Regulamento, observada a cadeia hierárquica.

§ 1º O requerimento será instruído com documento emitido pela perícia médica da corporação que comprove sua excepcional necessidade.

§ 2º O requerimento de que trata o *caput* deste artigo deverá ser precedido de posicionamento fundamentado, da chefia imediata, que o tramitará à autoridade competente de que trata o art. 6º deste Regulamento, devidamente instruído, observada a cadeia hierárquica.

Art. 24. O militar com benefício do RET previsto no art. 21 deste Regulamento poderá solicitar lotação em OBM mais próxima à sua residência, que poderá ser concedido de acordo com a disponibilidade, observado o interesse e conveniência da Administração Pública, nos termos da norma específica ou peculiar.

Seção III

Do Regime Especial de Trabalho para Bombeira Militar em Período de Amamentação

Art. 25. O RET para a militar em período de amamentação poderá ser concedido, semestralmente, quando comprovada sua necessidade, mediante perícia médica da Corporação, independentemente de compensação de horário.

~~§ 1º O RET de que trata o *caput* deste artigo aplica-se à militar que comprovar, após o término da Licença Maternidade e sua prorrogação, estar em período de amamentação do próprio filho lactente, até que complete 12 meses de vida.~~

§ 1º O RET de que trata o *caput* deste artigo aplica-se à militar que comprovar, após o término da Licença Maternidade e sua prorrogação, estar em período de amamentação do próprio filho lactente, até que complete 24 meses de vida. **(Alterado pela Portaria nº 19, de 15 de junho de 2022)**

§ 2º Atendidas as prescrições do parágrafo anterior, a militar terá direito de uso de até 2 horas para amamentação, dentro da jornada de trabalho, já incluído o tempo necessário para deslocamentos, e após, assumirá ou reassumirá, conforme o caso, suas funções administrativas ou operacionais do dia.

§ 3º Fica facultado o parcelamento do horário de amamentação no previsto do § 2º deste artigo, em dois períodos iguais.

Art. 26. A militar interessada poderá solicitar, a qualquer tempo, a concessão do benefício, mediante requerimento dirigido à autoridade competente prevista no art. 6º deste Regulamento,

observada a cadeia hierárquica.

§ 1º O requerimento será instruído com documento emitido pela perícia médica da Corporação que comprove a necessidade da amamentação.

§ 2º O requerimento de que trata o *caput* do presente artigo deverá ser precedido de posicionamento fundamentado emitido pela chefia imediata, que o tramitará à autoridade competente de que trata o art. 6º deste Regulamento, devidamente instruído, observada a cadeia hierárquica.

~~§ 3º A concessão do RET será renovada, mediante requerimento da militar interessada, após os primeiros 6 meses.~~

§ 3º A concessão do RET será renovada, mediante requerimento da militar interessada e a devida perícia médica, a cada 6 meses." **(Nova Redação dada pela Portaria nº 27, de 1º de agosto de 2022)**

Art. 27. A militar em período de amamentação do próprio filho lactente poderá solicitar lotação em OBM mais próxima à sua residência, que poderá ser concedido de acordo com a disponibilidade, observado o interesse e conveniência da Administração Pública, nos termos da norma específica ou peculiar.

Art. 28. Fica facultada a Escala de 12h x 24h e 12h x 72h, alternada, para as militares em período de amamentação do próprio filho lactente, que cumprem regime de escala de serviço.

Art. 29. Findo o período de lactação, a militar deverá informar de imediato à chefia, para a revogação do benefício, ainda que vigente a concessão do RET.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. As autoridades com atribuição para a concessão do RET são responsáveis pela fiscalização do cumprimento das normas previstas neste Regulamento.

Parágrafo único. Os comandantes, os chefes imediatos, os responsáveis pelas secretarias das OBMs ou equivalentes, e os escalantes das OBMs exercerão o controle de seus respectivos militares beneficiados.

Art. 31. A militar beneficiada simultaneamente com o RET para Militar Estudante e RET para Bombeira Militar em Período de Amamentação não poderá utilizar o tempo destinado à amamentação para compensar o tempo ausente do trabalho decorrente do RET para Militar Estudante.

Art. 32. Os requerimentos para concessão de RET previstos neste Regulamento deverão ter sua solução publicada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, em boletim geral.

Parágrafo único. O prazo previsto no *caput* deste artigo poderá ser prorrogado, em igual período, nos casos em que haja necessidade de laudos específicos.

Art. 33. Indeferido o pleito, o militar interessado, obedecendo as normas estabelecidas para tramitação de documentos da Corporação, poderá impetrar recurso administrativo, nos termos da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, recepcionada no Distrito Federal pela Lei n.º 2.834, de 7 de dezembro de 2001.

Art. 34. Compete ao Comandante Operacional e ao Chefe do Departamento de Recursos Humanos, por meio de instrução normativa conjunta, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, estabelecer as medidas complementares necessárias ao fiel cumprimento deste Regulamento.